

## ■ As novas formas de lutas pós-mídias digitais<sup>28</sup>

.....Ivana Bentes

### Os Pré-Cogs estão chegando!

Finalmente, caiu o diploma de jornalista no Brasil. Em votação histórica no Supremo Tribunal Federal, em 17 de junho de 2009. O fim da exigência do diploma para se exercer o jornalismo no Brasil (como em tantos países do mundo inteiro) abre uma série de novas questões e debates sobre o campo da comunicação pós-mídias digitais, bem mais interessantes que o velho muro das lamentações corporativas. Agora, será necessário constituir novos “direitos” para jornalistas e não-jornalistas, free-lancers, blogueiros e midialivristas. Todos terão que inventar novas formas de lutas, comuns.

O fim do diploma tira da “invisibilidade” a nova força do capitalismo cognitivo, as centenas e milhares de jovens free-lancers, autônomos, midialivristas, inclusive os formados em outras habilitações de Comunicação que eram impedidos por lei de fazer jornalismo e exercer a profissão e que, ao lado de qualquer jovem formado em comunicação, constituem hoje os novos produtores simbólicos, a nova força de trabalho “vivo”.

Parece que vamos, finalmente, sair do piloto automático dos argumentos prontos “de defesa do diploma”, que sempre escamotearam alguns pontos decisivos, entre eles:

- 1) O fim da exigência de diploma para trabalhar em jornalismo não significa o fim do ensino superior em jornalismo, nem o fim dos cursos de comunicação que nunca foram tão valorizados. Outros cursos, extremamente bem sucedidos e disputados no campo da comunicação (como publicidade), não tem exigência de diploma para exercer a profissão e são um sucesso com enorme demanda. A qualidade dos cursos e da formação sempre teve diretamente a ver com projetos pedagógicos desengessados, com consistência acadêmica, professores de formação múltipla e aberta,

---

28 Texto escrito a partir da intervenção nos sites *Trezentos*, *Carta Capital*, *Observatório da Imprensa*, *Lista de Discussão da Federação Nacional dos Professores de Jornalismo* (FNPJ), seminários e debates da Rede Universidade Nômade.

- diversidade subjetiva e não com “especificidade” ou exigência corporativa de diploma.
- 2) As empresas de jornalismo e comunicação são as primeiras a contratarem os jornalistas com formação superior. Na UFRJ, por exemplo, os estudantes de comunicação e jornalismo são “caçados” pelas empresas que dão preferência aos formados, com nível superior em comunicação; por que mudariam?
  - 3) A idéia de “quem é contra o diploma faz o jogo dos patrões” é uma velha ladainha, repetida no piloto automático das frases feitas. Raciocínio que é bem mais conservador e retrógrado que o próprio discurso das empresas/mercado que precisa empregar quem tem formação de qualidade. Que precisa de profissionais qualificados, capazes de entender os novos ambientes pós-digitais, capazes de fazer redes e de inovar em diferentes campos.
  - 4) Os jornais já burlam a exigência de diploma pagando os maiores salários da Redação aos não-jornalistas, cronistas, articulistas, editorialistas, muitos deles SEM diploma (a exigência de diploma nunca alterou esse quadro). O que traz um questionamento da atual formação, pois as universidades não precisam (ou não deveriam) formar “peões” diplomados, mas jovens capazes de exercer sua autonomia, liberdade e singularidade, dentro e fora das corporações, não profissionais “para o mercado”, mas capazes de “criar” novos mercados e ocupações, jornalismo público, pós-corporações, midiarte, jovens que inventam ferramentas, práticas e mercados pós mídias massivas.
  - 5) Nada justificava, pois, a “excepcionalidade” do diploma para os jornalistas, o que criou uma “reserva de mercado” para um pequeno grupo, reserva que diminuía a empregabilidade de jovens formados em cinema, rádio e TV, audiovisual, publicidade, produção editorial, etc., proibidos pela exigência de diploma de exercer... Jornalismo.

### **Vanguarda da retaguarda**

A precariedade dos arranjos e ocupações do campo da comunicação não é nova. O que torna ainda mais espantoso o fato de, até agora, nenhuma entidade corporativa defender o precariado não diplomado ou pensar em uma seguridade nova para os free-lancers, os precários, os que não tem e nunca terão carteira assinada. O fim da exigência do diploma traz uma oportunidade nova para as associações, federações, sindicatos mudarem o discurso do século XIX e entra-

rem no século XXI, buscando uma nova forma de seguridade para os precários, os não-diplomados, os midialivristas. O fim do diploma aponta para essas novas lutas e possibilidades, mas o discurso reativo e corporativo ainda é uma trava, o discurso do medo e a insistência na “volta da exigência do diploma” são uma “comodidade” propalada em diferentes meios.

O raciocínio corporativo constituiu, até hoje, uma espécie de vanguarda da retaguarda, com um discurso fabril, estanque, de defesa da “carteira assinada” e dos “postos de trabalho”, enquanto, no capitalismo cognitivo, no capitalismo dos fluxos e da informação, o que interessa é qualificar não para “postos” ou especialidades (o operário substituível, o salário mais baixo da redação!), mas para campos do conhecimento, para a produção de conhecimento de forma autônoma e livre, não o assujeitamento do assalariado, paradigma do capitalismo fordista.

A idéia de que, para ter “direitos”, é preciso se “assujeitar” em uma relação de patrão/empregado, de “assalariamento”, é uma idéia francamente conservadora! O precariado cognitivo, os jovens precários das economias criativas, estão reinventando as relações de trabalho; os desafios são enormes, a economia pós-Google não é a Globo fordista, não vamos combater as novas assimetrias e desigualdades com discursos e instrumentos da revolução industrial.

Devemos lutar não por cartórios do século XIX, mas pelos novos movimentos sociais de organização e defesa do precariado, lutar pela AUTONOMIA fora das corporações, para novas formas de organização e seguridade do trabalhador livre do patrão e da corporação.

O que fica cada vez mais evidente, numa análise contextual, mas também estrutural, é que a *General Motors*, nos EUA, e as fábricas fordistas, não vão falir sozinhas, levarão junto certo capitalismo – fabril, patronal, corporativo – e o arsenal conceitual, os discursos, que não conseguem mais dar conta, nem explicar, as mudanças do próprio capitalismo.

Acabou o diploma de jornalismo, mas o diploma/formação de comunicação nunca foi tão importante. Principalmente se esta formação for pensado em novos moldes, pois sabemos que hoje é toda a sociedade que “forma”, a educação e as novas formas de subjetivação sendo engendradas pela inteligência coletiva em redes, na nuvem de dados, informações, análises, expressões, que nos envolvem, atravessam, que nos constituem. Daí a importância de se pensar o jornalismo público, o jornalismo do comum.

Não se trata de repetir os velhos clichês e temores. Essas mudanças não tem nada a ver com o “neoliberalismo”. Existem hoje “revoluções do capitalismo” (título do belo livro de Maurizio Lazzarato, inspirado em Antonio Negri e Gilles

Deleuze). Estamos presenciando a formação de novos ambientes cognitivos, para além dos muros corporativos e disciplinares. É sintomático que os jovens prefiram ir para as Lan Houses ao invés de entrarem para as corporações ou cumprirem uma formação clássica. A comunicação e o jornalismo são importantes demais para serem “exclusividade” de um grupo de “profissionais”. A comunicação e o jornalismo hoje são um “direito” de todos, que será exercido por qualquer brasileiro, com ou sem diploma.

O capitalismo cognitivo está constituindo um novo processo de acumulação globalizado, que tem como base o conhecimento, as redes sociais, a comunicação, o “trabalho vivo” (Negri; Lazzarato; Cocco). Existem, é claro, novas formas de exploração e assujeitamento, mas também novas formas de luta. Não seria o momento de abandonarmos e darmos adeus ao proletariado fabril, diplomado ou não, e pensar, problematizar e afirmar o precariado cognitivo, os Pré-Cogs, que estão chegando e são a base da comunicação, base das tecnologias da informação, base da economia do conhecimento, que alimenta a inovação e as novas lutas?

Nesse contexto é preciso valorizar sim a formação superior em comunicação, em jornalismo, mas também incorporar e aprender com as Escolas Livres de jornalismo e mídia, com as novas dinâmicas mundanas de ensino/aprendizado e trabalho “vivo”, forjadas nos novos ambientes.

O diploma que vale e que defendemos sempre foi este: formação em comunicação, seja dentro das universidades ou fora delas, nas redes sociais e escolas livres. Comunicação, jornalismo e todas as demais habilitações: cinema, audiovisual, novas mídias, publicidade, rádio e televisão, produção editorial etc., formam um campo estratégico e em expansão no Brasil e no mundo todo.

A precarização e a desorganização incidem em todo o mundo do trabalho, não é uma questão de campo, o fim do diploma apenas indica o que já é realidade e exigência: inventar novas formas de lutas e organização dos precários da comunicação.

Acompanhamos, na universidade, as condições dos estágios e a batalha por ocupação/atividade. Os níveis de exigência na formação são cada vez maiores. O “diploma” sozinho não assegura nada aos que podemos chamar de “peões diplomados”; nem para os estudantes que tiveram formação ruim ou não souberam ou não puderam explorar ao máximo as oportunidades dentro (e fora) das próprias Universidades. E, além da graduação, as empresas e o mercado exigem cada vez mais formação: especialização, pós-graduação, mestrado, doutorado, a formação continuada, sem um fim estabelecido, sem um “telos”.

Os argumentos daqueles que defendem “reserva de mercado” para uma só categoria do campo e dos que acham que (com o fim da exigência de diploma) sua formação foi “jogada no lixo” cometem erros básicos de avaliação ao subestimar a importância da formação universitária hoje no Brasil (que não garante mais “emprego”, mas “qualificação”, campo de atuação e “ocupações”); da mesma forma, superestimam o ensino “técnico/especializado” (do jornalismo tradicional, do “quê, quem, onde...”), como garantidor de um posto de trabalho.

Ao invés da choradeira corporativa (os argumentos usados pelo STF eram ruins, sabemos) o que interessa é a re-configuração e o fortalecimento do campo da comunicação, para os que estão dentro e, principalmente, para os que estão fora da universidade.

Quem está “fora” quer entrar e quem está “dentro” das universidades, das políticas públicas de educação, formação, tem obrigação de “abrir”, pensar uma OUTRA universidade, uma wiki-universidade, que incorpore as competências e saberes dos não-especialistas, a maior força política do capitalismo do conhecimento.

Essa é a revolução em curso. É bastante concreta, está aqui, nas redes, onde milhões de não-especialistas produzem conhecimento (com ou sem formação). Não tem nada de abstrata, não tem nada de “idealista” e reforça ainda mais a importância de uma profunda transformação nas universidades e a incorporação de saberes desengessados.

É estranho e triste ver jovens que acham que só podem ter direitos “adquiridos” com “diploma” e carteira assinada, e dentro da relação patrão/empregado. Ou seja, acham que a única luta que vale a pena é, como diria Spinoza, a luta pela sua própria “escravidão”. Quando a briga, a luta é, e sempre foi, por autonomia e liberdade, liberdade de padrões e de corporações assujeitantes, e por “direitos” que não estejam atrelados a velhas e novas formas de escravidão.

A precariedade é melhor ou pior que o “assalariamento”? Não se trata de escolher o que seria menos pior em cada uma dessas condições. A “carteira assinada” e os direitos trabalhistas, importantíssimos historicamente, foram as respostas para dar conta de um sistema fabril, de um tipo de capitalismo hoje em mutação e que desmorona e faz crise no mundo inteiro.

As forças livres (frágeis, sem direitos, sem seguridade, nômades globais, precários, imigrantes, periféricos, doutores ou favelados) do precariado são a nova classe, grupo, força no capitalismo contemporâneo. São novos direitos, novas lutas... Não tem volta! Mesmo sabendo que o capitalismo cognitivo produz obviamente novas formas de coerção, capturas e despotencialização. A primeira questão é compreender as mudanças para intervir e construir o devir.

## **A tentação obscurantista**

Mal se anunciou o fim da exigência do diploma de jornalismo para exercer a profissão e, imediatamente, vimos se levantar uma série de instituições e entidades “órfãs” do poder cartorial que exerciam, propondo criar novas “Ordens de Jornalistas”, exames seletivos e “punitivos”, para deixar apenas os “melhores” exercerem a atividade “profissionalmente”.

É notável o nível de obscurantismo e de “polícia” corporativa e “polícia epistemológica” nessas propostas de controle e restrição de um campo do conhecimento aberto e público, como o jornalismo e mesmo em outros campos de saber.

Não existe mais lugar nas sociedades de radicalização da democracia, da democracia on-line, do jornalismo-cidadão – e que está experimentando novas formas de produção do conhecimento – para esse tipo de raciocínio: mais embaraço, mais controle, mais poder, nas mãos de um pequeno grupo, seja de empresas, de profissionais, ou de corporações. Isso não qualifica nada. O que qualifica é uma boa formação, dentro ou fora das universidades, o que qualifica hoje, o que aumenta a produtividade social é o acesso aos meios de produção e expressão.

Alguns profissionais e professores de jornalismo (em desespero inútil) parecem querer o monopólio ao reverso, que é simplesmente um espelho do monopólio mais indecente das empresas!

Será que o fim da exigência do diploma e os debates que se abriram a respeito da necessidade de mudança na formação e no mercado não serviram para nada? Só vão encontrar eco em um pensamento ainda mais reativo, francamente ultrapassado e obscurantista que exige o “retorno” da exigência do diploma de jornalismo, que exige o retorno ao que não pode mais retornar?

## **Instâncias de poder**

Enquanto isso, os free-lancers, os precários, os profissionais formados e os não-jornalistas continuam sem nenhuma proteção nem segurança. O que se precisa é de uma associação dos trabalhadores precários, e não um novo embaraço que tira empregos.

As propostas reativas surgidas na lista de discussão do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ) dão o que pensar (lobby pela volta do diploma de jornalismo, novas Ordens e Exames reguladores, etc.) e são realmente assustadoras. Será que ninguém vai sair do “piloto automático” dos discursos prontos e encarar de forma nova a realidade que nos cerca?

A proposta de uma nova “Ordem dos Jornalistas” nos faz lembrar imediatamente grupos como a maçonaria, e/ou seitas obscurantistas! Citando uma proposta da lista virtual: “Ordem dos Jornalistas, definidora de quem poderá exercer a profissão, após prestação de exame. Isso garantiria que somente os melhores estariam aptos a trabalhar”. E o que seria isso? Um novo darwinismo corporativo? E quem seriam os iluminados, capazes de nos dizer quem são os “melhores”, esses profissionais muitas vezes desatualizados, fora do debate vivo, fechados ao novo, encerrados em dogmas obscuros do século 19, que combatem o uso de novas mídias e práticas, que combatem o jornalismo-cidadão? Que não admitem que é a sociedade como um todo que está qualificada ou deve ser qualificada para produzir informação e não apenas adestrada para consumir/comprar pacotes de dados e informações.

É assustador e triste, ao mesmo tempo, ver tanta energia voltada para construir novas instâncias de poder e restrição e não novas formas de potencializar e formar mais e melhor e milhares de cidadãos aptos a exercer essa ocupação de interesse público: a produção simbólica, a expressão.

No meu entender, o modelo das Ordens seria inútil para os profissionais e para os não-profissionais do campo da comunicação e do jornalismo. As práticas descentralizadas da comunicação ponto a ponto, P2P (*peer-to-peer*), advindas com a Internet e seus dispositivos, tem esse potencial de criar ambientes de trabalho, de educação, de lazer, colaborativos e participativos, rompendo com velhas formas de hierarquização e de aprendizagem unidirecionados e/ou centralizados, estimulando processos de ampla conectividade em rede, coletivos.

Essas proposições não tem nada de utópicas, são bem realistas, pragmáticas e imanentistas; aliás, basta olharmos para as práticas comunicacionais e os ambientes de ensino/aprendizado/convivência reais e/ou virtuais. Utópico-anacrônico é propor a volta do diploma para se exercer práticas comunicacionais que estão se universalizando, ou ressuscitar o modelo das “Ordens”, em crise.

Existem outras formas de organização e de regulamentação que não simplesmente o poder cartorial. A fronteira que distingue profissional e amador no campo do jornalismo é improdutiva, não dá conta das mudanças no campo, é ruim, até mercadologicamente falando (o mercado já incorporou, faz tempo, os “amadores” e os não-jornalistas), mas é pior ainda politicamente, pois supõe a “exclusão” meritocrática e uma reserva de mercado artificial para os “profissionais” da informação.

## **Proteção e regulação**

É espantoso que nenhuma associação de jornalistas no Brasil tenha conseguido se articular para encarar a atual realidade dos trabalhadores do campo da comunicação, que ultrapassa em muito o caso dos jornalistas diplomados. A questão da organização da profissão não atinge (e nunca atingiu) apenas os jornalistas com carteira-assinada, mas uma massa crescente de jornalista free-lancers e autônomos, diplomados ou não.

Esses são os trabalhadores que precisam de qualificação e proteção. Para isso deveriam existir associações que levassem em consideração a nova cena do trabalho no mundo e a emergência desse precariado, diplomado, pós-diplomado ou não. Não simplesmente mais “restrição”, controle, penalização, para diminuir a “empregabilidade” dos trabalhadores da comunicação. Para proteger uma meia dúzia “diplomada” ou com “carteira assinada”, criando obstáculos para se exercer uma ocupação, ofício, atividade, profissão de interesse público.

Isso, além de inútil (ver todas as formas de burlar o diploma que são praticadas por todas as empresas e a incorporação legitimada socialmente de outros saberes e profissionais no exercício da profissão), não agrega, não organiza o campo. A nova cena do trabalho (a precarização) explodiu o pensamento sindical clássico, em crise por falta de imaginação política, pois não está preparado para organizar, nem para defender o autônomo, uma realidade no campo da comunicação. Vão ficar lutando pela volta do diploma e da carteira assinada, ao invés de pensarem em novas formas de proteção e regulação para quem nunca terá uma carteira assinada.

## **Hiperdiplomados e sub-diplomados**

Não sou contra nem regulamentação, nem organização do campo, mas os sindicatos e associações que aí estão fizeram o quê para proteger e lutar em prol da massa de comunicadores free-lancers e autônomos (diplomados, inclusive)? O pensamento das Ordens, do “diploma” etc. não protege ninguém, não organiza e não protege os trabalhadores da comunicação nem qualifica profissão nenhuma. Só concentra poder e penaliza.

Quais as novas formas de organizar e agregar? Este sim é um problema que merece debate. Não existe nenhum modelo “pronto”, mas uma proposta a construir e não será proposta por uma pessoa, obviamente, mas por um movimento que tenha minimamente um discurso consistente e renovado, à altura das mudanças de contexto que estamos vivendo. O que existe de concreto são diversos movimentos nessa direção: o movimento dos Intermitentes e Precários da França; o Movimento italiano de organização dos precários que culminou com o Mayday e, depois, o



EuroMayDay, que congrega ativistas em toda a Europa em torno da mudança das leis previdenciárias; os autonomistas do México, Espanha e Argentina.

Na Itália e na França, o movimento dos “Intermitentes e precários”, reunindo todos os profissionais das artes, espetáculos e comunicação, está discutindo e propondo ao governo francês novas formas de regimes de seguros para trabalhadores free-lancers – que raramente ou nunca terão carteira assinada e sim contratos provisórios, trabalhos ou empregos descontínuos, como é o caso dos jornalistas, radialistas, publicitários, artistas.

Ou seja, não partem mais do discurso irreal da luta por “verdadeiros empregos” de carteira assinada, mas da realidade da precarização, para os direitos dos precários, como defende a Associação dos Precários da Île-de-France, movimento fortíssimo e organizado.

A experiência europeia e a crise econômica atual já apontam e dão visibilidade para esse precariado qualificado, os “hiperdiputados” que estão desempregados, ou sub-empregados em regime em que o precariado é a regra e não a exceção, simplesmente porque a produção e a economia cognitiva prescindem do trabalho assalariado (o que num país como o Brasil e em outros acontece de forma acavalada e paradoxal, o capitalismo cognitivo se superpondo as formas mais coercitivas do assalariamento/escravidão, se pensarmos que ainda estamos libertando trabalhadores escravos nas fazendas do interior do país, ou que temos regimes consentidos de “cárcere privado” envolvendo as empregadas domésticas brasileiras e outras categorias de trabalhadores escravo-fabris).

Se no Brasil nós temos também os over-qualificados e diplomados precarizados, desempregados, o fenômeno mais interessante é a justamente essa ascensão de novos sujeitos, subjetividades e singularidades, vindos das favelas e periferias, os subdiplomados ativos que ganham visibilidade através da produção cultural, cognitiva, estética, sensorial, gestual, na esfera da economia da cultura, com uma participação decisiva na construção simbólica de uma cultura urbana.

Na dobra brasileira do capitalismo cognitivo a novidade é que a classe média hiperdiplomada sem garantia de emprego e os artistas precarizados vão se encontrar com esse grupo em ascensão vindo das periferias, produtores culturais, artistas populares, mas também com os desocupados, sub-empregados da economia cultural periférica e informal: os camelôs, os técnicos em computação, os *hackers*, os Djs, os duplicadores e comerciantes piratas de CDs, DVDs, Softwares.

Grupos e discursos que vêm revitalizando não apenas os territórios da pobreza (pois extrapolam o gueto e as favelas), mas vem reconfigurando a cena cultural e política urbana, em níveis locais e globais.

## Em obras

Daí que o debate do fim da exigência do diploma de jornalista e eventualmente de outras profissões é estrutural e não simplesmente contextual. No Brasil, a discussão da necessidade de novas formas de seguridade, foi levada ao Senado por Eduardo Suplicy, com a proposta da “renda universal”, salário mínimo para os trabalhadores precários e discussão de novas formas de seguridade para os trabalhadores intermitentes. Parte da esquerda engessada mal digeriu ou sequer entendeu a questão.

A discussão de novas formas de proteção para intermitentes foi lançada pelo Ministério da Cultura durante a gestão de Gilberto Gil, para contemplar os artistas que não têm seguridade ou empregos formais, mesmíssima questão que atinge os trabalhadores da comunicação.

Não há modelo pronto, há um enorme desafio de construção coletiva pela frente. Em todas essas experiências, o que se constata é o fracasso dos sindicatos e associações clássicas em pensar e propor – seja conceitual ou praticamente – soluções para esse novo cenário. Quando o desafio, enorme, é encarar as mutações em curso e constituir as novas lutas em torno das reivindicações, vitais, por autonomia e liberdade.

## Referências:

COCCO, Giuseppe; SILVA, Gerardo; GALVÃO, Alexander Patez (Orgs.). *Capitalismo Cognitivo: Trabalho, redes e inovação*. Rio de Janeiro: DPA Editora, 2003.

NEGRI, Antonio. HARDT, Michael. *Multidão*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LAZZARATO, Maurizio. *As Revoluções do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2008.

■.....**Ivana Bentes** é professora do Programa de Pós Graduação em Comunicação da UFRJ, pesquisadora CNPq, coordenadora do Pontão de Cultura Digital da ECO-UFRJ e diretora da Escola de Comunicação da UFRJ. Participa regularmente como ensaísta e conferencista em publicações e eventos relacionados às áreas de Comunicação, Artes Visuais, Cinema, Televisão, Mídia Arte, Cultura Digital e novas tecnologias da imagem. Publicou, entre outros, os livros *Corpos Virtuais: Arte e Tecnologia* (Telemar/Oi Futuro, 2005) e *Ecos do Cinema: de Lumière ao Digital* (Ed. UFRJ, 2007). Participa da Rede Universidade Nômade e do Fórum de Mídia Livre.